

VOCE
JÁ ESTÁ
NO CLIMA?



**JUVENTUDES PELA
JUSTIÇA CLIMÁTICA**



NAÇÕES UNIDAS
BRASIL

.....



VOCÊ JÁ ESTÁ NO CLIMA? JUVENTUDES PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA



NAÇÕES UNIDAS
BRASIL



Realização

Esta cartilha foi preparada pelo Grupo Temático de Juventudes no âmbito da implementação do Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2023-2027.

Produção e Redação

GreenBond Conservation

Projeto gráfico e Diagramação

Haru Estúdio Criativo



SUMÁRIO



1. O clima é sobre gente	4
2. A geração que não pode esperar	5
3. Saúde em um mundo em colapso	6
4. Aprender para mudar o clima	8
5. Mulheres e o direito à existência, ao cuidado e à tomada de decisão	9
6. Corpos em movimento: resistência e pertencimento	11
7. Adaptação climática também é acessibilidade	12
8. O futuro também é ancestral	13
9. Racismo ambiental e a urgência do reconhecimento	14
10. Quem protege o planeta, protege direitos	15
11. Deslocamento climático	16
12. Justiça climática e infraestruturas urbanas	17
13. Sem clima para a insegurança alimentar	18
14. Transformar o sistema, para não pesar o clima	19
15. O que nos mantém de pé	20
16. E agora, o que a gente faz?	21



I. O CLIMA É SOBRE GENTE

O QUE ESTÁ EM JOGO QUANDO A TEMPERATURA SOBE E AS DESIGUALDADES TAMBÉM

A crise climática é mais do que uma questão ambiental, é uma crise de direitos humanos, de saúde, de economia e de futuro. Reconhecida pelas Nações Unidas como a **maior ameaça coletiva do século**, ela expõe as desigualdades que sustentam o modelo de desenvolvimento atual. O aumento das temperaturas e a intensificação de eventos extremos não se distribuem de forma equitativa, eles atingem com mais força os corpos, as comunidades e os territórios historicamente deixados à margem.

Crianças, adolescentes, mulheres, idosos, populações negras, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, e aquelas que vivem em áreas rurais ou nas periferias das grandes cidades, todas sentem primeiro e de forma mais intensa os efeitos da **desigualdade climática**. O calor extremo, a escassez de água, a perda de colheitas e o aumento de doenças são apenas a parte visível de um cenário que ameaça modos de vida inteiros.

O princípio da equidade - que orienta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - afirma que nenhuma pessoa deve ser deixada para trás. Isso significa que a ação climática não pode ser dissociada de políticas sociais, pois para enfrentar a crise ambiental global é necessário garantir acesso à saúde, educação, moradia e participação.

Para a geração que cresceu sob o alerta climático, esse debate é uma urgência existencial. Falar de clima é falar de presente, de escolhas e de como proteger quem mais precisa quando o planeta inteiro pede cuidado. As soluções tecnológicas e científicas são essenciais, mas o centro da questão continua sendo humano: **quem sofre, quem decide e quem tem voz**.

O futuro do clima depende de quem tem voz hoje.

A justiça climática nasce desse reconhecimento. É o convite para olhar o mundo a partir das pessoas, não apenas das emissões;

dos territórios, não somente das metas. Porque, no fim, **o clima é sobre gente, e o futuro só existirá se for compartilhado**.


A América Latina e o Caribe são a **segunda região mais propensa a eventos extremos e emergências associadas a riscos climáticos no mundo**. Entre 2000 e 2022, mais de **190 milhões de pessoas** foram afetadas por **1.534 eventos**, e **83% deles** tiveram origem climática e hidrometeorológica¹.


O Brasil registrou um aumento de **460% nos eventos extremos relacionados ao clima** desde a década de 1990. Entre **1991 e 2023**, mais de **219 milhões de pessoas** foram afetadas por eventos extremos, principalmente inundações, secas e deslizamentos. Hoje, **92% dos municípios brasileiros** já enfrentaram pelo menos um episódio relacionado à crise climática².

“Nenhuma pessoa deve ser deixada para trás. A ação climática eficaz é, antes de tudo, uma ação humana, orientada pela equidade, pelos direitos e pela solidariedade entre povos.”

Agenda 2030 das Nações Unidas
(ONU, 2015)

DESIGUALDADE CLIMÁTICA EM NÚMEROS:


Os **50% mais pobres do planeta** respondem por **menos de 10% das emissões globais de carbono**, mas estão entre os mais afetados pelos **impactos climáticos extremos**³. A desigualdade de riqueza, mostrada no gráfico abaixo, ajuda a explicar essa disparidade: onde há maior concentração de renda, há também maior responsabilidade histórica pelas emissões e maior capacidade de adaptação.



2. A GERAÇÃO QUE NÃO PODE ESPERAR

JUVENTUDES DIGITAIS NO EPICENTRO DA CRISE CLIMÁTICA



Nenhuma geração anterior nasceu com tantos alertas e tão pouco tempo para agir. A juventude contemporânea - a primeira nativa digital - cresceu acompanhando em tempo real o aquecimento global, as crises ambientais e as desigualdades que eles revelam. Mas também aprendeu a transformar a conexão em mobilização e o medo em ação coletiva.

Nenhuma geração anterior nasceu com tantos alertas e tão pouco tempo para agir.

De acordo com a ONU, as pessoas jovens representam mais de **16% da população mundial⁴** e estão entre os principais agentes de mudança nas respostas à crise climática. No Brasil, **elas somam cerca de 23% da população⁵** (IBGE) e têm se destacado como cientistas, comunicadores, educadores, artistas, empreendedores e lideranças comunitárias que usam as redes para pressionar governos, impulsionar movimentos e redefinir o significado de participação política.

Essa geração habita um paradoxo: herda um planeta em colapso, mas também as ferramentas para reinventá-lo. A internet, as plataformas e a cultura digital ampliam o alcance e a visibilidade de múltiplas narrativas sobre o clima, permitindo que diferentes perspectivas ganhem espaço, inspirem ações e mobilizem pessoas. Iniciativas de jovens em países do Sul Global, muitas vezes invisibilizadas, estão construindo soluções de baixo carbono, promovendo a restauração ambiental e se mobilizando por justiça territorial. O fortalecimento dessas lideranças é condição essencial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ainda assim, as pessoas jovens enfrentam obstáculos concretos: precarização do trabalho, ansiedade climática, interrupções no acesso a escolas, postos de saúde e hospitais, exclusão das decisões e acesso limitado a recursos.

Envolver juventudes na governança climática é mais do que garantir representatividade, é criar espaços reais de escuta, de coautoria e de protagonismo. Entre o colapso e a reinvenção, essa é a geração que não pode esperar. Porque, para quem nasceu na era da emergência climática, **esperar é o mesmo que desistir.**

Mais de 1,2 bilhão de jovens entre 15 e 24 anos vivem em um planeta em transformação. Em muitos países, a população jovem será maioria até 2030, o que torna **impossível pensar em ação climática sem participação juvenil⁴**.

72% das pessoas jovens em todo o mundo afirmam sentir medo do futuro e **45% dizem que esse medo afeta sua vida cotidiana⁶**.

A mobilização também pode ser uma resposta emocional: transformar a ansiedade em ação pode ser um modo de existir de uma geração que cresceu sob o alerta.



Foto: UNFPA Brasil · @estudioversailles · @vitorbrjr



3. SAÚDE EM UM MUNDO EM COLAPSO

CORPOS, TERRITÓRIOS E SISTEMAS DIANTE DA CRISE CLIMÁTICA



A crise climática é uma ameaça direta e estrutural aos próprios fundamentos da vida humana. A qualidade do ar, da água e a segurança alimentar global vem mudando em uma velocidade acelerada e se tornando cada vez mais instáveis. O aumento da temperatura planetária converte-se em uma ameaça complexa à saúde, transformando o cuidado em um imperativo cada vez mais urgente.

A elevação das temperaturas e a intensificação dos eventos extremos criam um ciclo de vulnerabilidade. **O calor extremo acentua doenças⁷ respiratórias, cardiovasculares e renais⁸.** A interrupção da produção agrícola por secas e inundações agrava a insegurança alimentar, enquanto o saneamento precário, especialmente após desastres, facilita o surgimento de novos surtos infecciosos.

Estima-se que a inação climática já cause milhões de mortes evitáveis por ano. A mortalidade relacionada ao calor extremo **aumentou 63% nos últimos 25 anos**, atingindo cerca de **550 mil óbitos anuais**, o equivalente a uma morte por minuto⁹.

Os sistemas de saúde em muitos países já operam no limite. A crise climática não apenas aumenta a demanda por atendimento, como também reduz a capacidade de resposta, um desafio que exige recursos e estrutura. Essa pressão se traduz também em uma maior carga de trabalho sobre as mulheres, frequentemente já sobrecarregadas como principais responsáveis pelos cuidados de suas famílias e comunidades. Contudo, é a desigualdade que transforma o clima em uma emergência de saúde global e o aquecimento do planeta em um potente amplificador dos determinantes sociais da saúde.

 Mais de **3 bilhões de pessoas** vivem hoje em áreas altamente suscetíveis a choques climáticos, e até 2050 o risco de mortes adicionais por **má nutrição, malária, diarreia e estresse térmico** deve crescer de forma expressiva¹⁰.

Aqueles que já enfrentam escassez de recursos básicos, como moradia segura, água limpa, nutrição adequada e acesso a serviços médicos, são os primeiros e mais duramente atingidos. As alterações ambientais aprofundam distâncias que a medicina curativa, isoladamente, é incapaz de superar. Reverter esse quadro exige um compromisso inegociável com a justiça climática.

A saúde humana depende diretamente da saúde do planeta. Florestas, oceanos e solos saudáveis funcionam como reguladores climáticos, fornecedores de alimentos e barreiras naturais contra patógenos. Portanto, cuidar do meio ambiente é a forma mais fundamental e eficaz de fortalecer a saúde pública.

Durante emergências climáticas, o acesso a serviços essenciais - notadamente à saúde sexual e reprodutiva - é frequentemente interrompido, expondo grupos em situação de vulnerabilidade a riscos adicionais. Além disso, o impacto emocional da crise também se manifesta amplamente, gerando ansiedade, medo crônico e sensação de impotência - a chamada ecoansiedade, o sofrimento psicológico climático. Proteger a saúde mental e garantir o direito ao cuidado físico e reprodutivo são dimensões inseparáveis da adaptação humana a esta nova realidade.

Pensar em saúde neste contexto é compreender que **o corpo não está à parte da Terra. É o reflexo dela.** E que, diante da maior emergência da nossa era, **cuidar de si, do outro e do planeta voltou a ser uma forma essencial de resistência e ação ativista.**



O aumento de 1,5 °C na temperatura média global pode expor **até 1 bilhão de pessoas** a riscos severos de calor extremo, doenças transmitidas por vetores e insegurança alimentar¹⁰.

As mudanças climáticas amplificam desigualdades que já existiam. O acesso desigual a saneamento, alimentação, moradia e atendimento médico define quem sofre mais com o calor, a fome e as doenças¹⁰.

A ansiedade climática e o colapso dos serviços de saúde sexual e reprodutiva são duas faces de uma mesma emergência: o impacto humano das mudanças climáticas. Garantir o cuidado integral - físico, mental e social - é parte da adaptação^{11,12}.

“A crise climática está tendo impactos profundos sobre mulheres e meninas em todo o mundo. Desastres provocados pelo clima as estão desalojando das suas casas, tornando inacessíveis as clínicas de planejamento familiar e de cuidados de saúde materna e os espaços seguros”

Dra. Natalia Kanem
ex-Diretora Executiva do UNFPA¹³



4. APRENDER PARA MUDAR O CLIMA

O QUE AS ESCOLAS PRECISAM ENSINAR SOBRE O FUTURO



Toda transformação começa por uma ideia, e quase sempre, em uma sala de aula. É ali que surgem as perguntas que movem o mundo, as inquietações que desafiam o que parecia imutável. No entanto, em plena emergência climática, na educação as questões envolvendo o planeta ainda são tratadas como um tema lateral, **quando deveriam ser o ponto de partida de todos os ensinamentos.**

Apenas **53% dos currículos nacionais** no mundo fazem alguma referência à crise climática¹⁴.

Em 2024, pelo menos **242 milhões de estudantes** em **85 países** tiveram aulas interrompidas por secas, enchentes, ciclones e ondas de calor¹⁵.



A educação é uma das ferramentas mais poderosas de adaptação climática e justiça social. Ela molda o que sabemos e o que somos capazes de fazer coletivamente. Ensinar sobre o clima é ensinar sobre interdependência: sobre como a saúde de um rio, de uma floresta ou de uma cidade está ligada ao bem-estar humano. É também ensinar sobre empatia, solidariedade e responsabilidade compartilhada.

A educação climática precisa unir ciência e valores. Ela deve aproximar o conhecimento acadêmico dos saberes locais, conectar dados globais às realidades comunitárias e cultivar o senso de pertencimento a um planeta comum. Uma educação climática que relaciona ciência, justiça social e valores humanos forma cidadãos aptos a reconhecer os desafios do presente e participar ativamente das soluções.

Em muitas regiões, escolas tornam-se refúgios físicos e emocionais durante enchentes, secas e desastres. Professores e estudantes aprendem, juntos, a enfrentar riscos e a reconstruir o cotidiano com dignidade. A escola, nesses contextos, vai além de um espaço de ensino, se torna um centro de resiliência, diálogo e proteção. **Investir na formação docente é parte essencial desse processo: professores são multiplicadores da resiliência e da esperança.**

Para além dos muros da escola, alguns jovens já vem articulando mudanças, nas ruas, nas redes e nas comunidades, vem criando soluções locais, organizando campanhas, traduzido a ciência e pressionado governos. São **protagonistas do presente**, e não apenas guardiões de um futuro incerto. Educar para o clima é reconhecer e fortalecer esse protagonismo, garantindo espaços de escuta, participação e decisão.

“Educar para o clima é educar para a vida. O conhecimento é a base da resiliência.”

Audrey Azoulay
Diretora-Geral da UNESCO



5. MULHERES E O DIREITO À EXISTÊNCIA, AO CUIDADO E À TOMADA DE DECISÃO

EQUIDADE E AUTONOMIA EM TEMPOS EXTREMOS



A crise climática tem gênero. Em todo o mundo, mulheres são as primeiras a sentir seus efeitos e as últimas a serem ouvidas nas decisões sobre como enfrentá-los. Quando a seca se prolonga, são elas que percorrem quilômetros em busca de água; quando as enchentes chegam, são as que garantem abrigo, alimento e cuidado; em tempos de escassez, abrem mão do próprio prato para alimentar os filhos, os vizinhos, os idosos. O sexismo, o racismo e outras desigualdades estruturais impõem responsabilidades desproporcionais às mulheres, que são agravadas pelos efeitos da crise climática e limitam sua participação política e poder de decisão. E, mesmo assim, seguem fora das mesas onde o futuro é discutido.

Nas negociações climáticas internacionais, a participação das mulheres tem avançado, mas ainda está longe de ser equitativa. Desde 2008, elas representam cerca de um terço das delegações nacionais. Na COP28, corresponderam a 36% dos(as) delegados(as) e a 27,5% das chefias de delegação; já na sessão SB60, realizada em junho de 2024, alcançaram 51% dos(as) delegados(as) e 38,5% das chefias¹⁶. Mesmo assim, seguem sub-representadas nos espaços de liderança e decisão. São elas que sustentam a economia do cuidado, preservam saberes tradicionais e conduzem iniciativas locais de adaptação, regeneração e solidariedade. Garantir o direito das mulheres de existir, cuidar e receber cuidados de maneira justa e equitativa - e de decidir - é condição essencial para qualquer projeto de justiça climática. Significa assegurar autonomia econômica, igualdade de acesso a recursos naturais e tecnológicos, participação política e liberdade sobre seus corpos.

 **1 EM CADA 4 CADEIRAS NAS NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS DA ONU É OCUPADA POR MULHERES.**

A sub-representação feminina nas decisões sobre o clima compromete a eficácia e a justiça das soluções adotadas¹⁷.

Justiça climática também significa garantir saúde, dignidade e autonomia. Em situações de enchentes, secas prolongadas ou deslocamentos forçados, **milhões de pessoas que menstruam perdem o acesso a itens básicos de higiene menstrual, serviços de saúde sexual e reprodutiva e acompanhamento pré-natal**. Uma em cada quatro pessoas que menstruam em contextos de emergência não consegue atender suas **necessidades menstruais de forma segura**, o que as expõe a infecções, à evasão escolar e à perda de autonomia sobre o próprio corpo.

Os direitos reprodutivos - de decidir se, quando e como ter filhos - também são profundamente afetados por crises ambientais. Desastres climáticos aumentam a violência sexual e doméstica, reduzem o acesso a métodos contraceptivos e comprometem a assistência obstétrica. **Proteger a saúde menstrual e reprodutiva é proteger o direito de existir plenamente, mesmo em meio ao colapso.**

 Centenas de milhões de pessoas que menstruam em contextos de emergência e crise climática enfrentam acesso inseguro ou insuficiente a produtos de higiene menstrual.

A privação menstrual é um dos efeitos silenciosos da crise climática sobre a saúde e a dignidade feminina^{18,19}.



As desigualdades de gênero se entrelaçam com desigualdades raciais, territoriais e geracionais. As mulheres negras, no Brasil e em grande parte do Sul Global, estão entre as mais expostas à vulnerabilidade ambiental, vivem em áreas de risco, têm menor acesso a saneamento e enfrentam insegurança alimentar crônica²⁰. Mas também são as que mais constroem alternativas: lideram hortas comunitárias, coletivos de reciclagem, empreendimentos solidários e movimentos por moradia e justiça ambiental. São forças que resistem e reconstroem.

As mulheres indígenas, por sua vez, guardam conhecimentos ancestrais que sustentam a vida e o equilíbrio ecológico. Suas práticas de manejo e espiritualidade expressam um modo de estar no mundo que valoriza a interdependência entre pessoas e natureza. No entanto, seguem sendo silenciadas e ameaçadas dentro e fora dos territórios que protegem há séculos. Ouvir suas vozes é reconhecer que **não existe futuro climático possível sem os povos originários e sem as mulheres que os mantêm de pé**.

E as meninas - que herdam um planeta em emergência - estão transformando medo em mobilização. Da jovem ativista Greta Thunberg à jovem indígena Txai Suruí, de periferias brasileiras a escolas rurais, meninas têm liderado greves, redes e campanhas que desafiam governos e inspiram gerações. Apoiar sua educação, garantir acesso à saúde menstrual e criar oportunidades seguras para que participem das decisões é investir no futuro da própria humanidade.

“Não há justiça climática sem justiça de gênero.”

Sima Bahous
Diretora-Executiva
da ONU Mulheres²¹

A resposta à crise climática precisa ser feminista, antirracista e intergeracional. Porque um planeta sustentável não se constrói apenas com tecnologia, mas com cuidados compartilhados, empatia e coragem política, valores que se fortalecem quando diferentes vozes participam das decisões e dividem responsabilidades.



Foto: Freepik



6. CORPOS EM MOVIMENTO: RESISTÊNCIA E PERTENCIMENTO

DIVERSIDADE E PROTEÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

A crise climática não escolhe vítimas - mas a forma como a sociedade responde a ela, sim. Em contextos de emergência, pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam múltiplas camadas de vulnerabilidade. Abrigos que separam por gênero e não reconhecem identidades diversas; atendimentos de saúde que ignoram corpos dissidentes; políticas públicas que, ao buscar proteger, acabam excluindo. O que para muitos é refúgio, para outros pode se tornar mais uma fronteira.

De acordo com a ONU, em situações de desastre e deslocamento por questões do clima, pessoas LGBTQIAPN+ relatam taxas mais altas de discriminação, violência e privação de acesso a serviços básicos. A ausência de políticas de acolhimento seguras as empurra para a invisibilidade - ou para o risco. Em muitos casos, o medo da hostilidade impede o acesso a abrigos, cuidados de saúde e programas de auxílio emergencial.

Das mais de 84 milhões de pessoas deslocadas forçadamente no mundo, uma parte significativa pertence à população LGBTQIAPN+, que **enfrenta riscos ampliados de exclusão, violência e falta de acesso a serviços** durante desastres ambientais - pessoas LGBTI, mulheres e meninas são **desproporcionalmente afetadas** ^{22,23,24}.

A diversidade humana é um dado da realidade e a resposta à crise climática precisa reconhecê-la como tal. Isso significa incluir nos planos de adaptação e mitigação políticas que garantam **acolhimento, segurança e dignidade para todas as identidades e expressões de gênero**. Significa também formar equipes e profissionais capacitados para atender com respeito e sensibilidade em contextos de crise.

Ao lado da dor, há também resistência. Redes LGBTQIAPN+ vêm atuando em todo o mundo como **comunidades de apoio mútuo**, criando espaços de refúgio, solidariedade e reconstrução. São pessoas que cuidam umas das outras quando as estruturas falham, que fazem da visibilidade uma forma de sobrevivência. Reconhecer esses corpos em movimento é reconhecer a potência de existir, mesmo quando o mundo insiste em ruir. Porque proteger a diversidade não é um gesto de inclusão, é um requisito de justiça climática. Nenhum corpo é dispensável na reconstrução do planeta.

“A crise climática é também uma crise de direitos humanos. E a igualdade precisa ser parte da solução.”

Volker Türk
Alto Comissário das Nações Unidas
para os Direitos Humanos



7. ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA TAMBÉM É ACESSIBILIDADE

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, VULNERABILIDADE E ADAPTAÇÃO

A crise climática amplia desigualdades que já existiam, e as barreiras impostas às pessoas com deficiência tornam-se ainda mais visíveis em tempos de desastre. Quando uma enchente se aproxima, o alarme pode soar, mas nem todos conseguem ouvi-lo. Quando o calor extremo exige evacuação, nem todos têm acesso a transporte, rotas seguras ou cuidados médicos. Em emergências, a ausência de acessibilidade pode custar vidas.

Pessoas com deficiência representam cerca de **16% da população mundial** e estão entre as mais vulneráveis aos impactos de desastres e eventos climáticos extremos.

No entanto, **apenas 11% delas afirmam conhecer planos nacionais de redução de riscos**, o que revela uma lacuna significativa na inclusão desse público em estratégias de adaptação e resposta a emergências²⁵.

A adaptação climática precisa ser universal. Isso inclui **sirenes audíveis e visuais, rotas de evacuação acessíveis, comunicação em múltiplos formatos** (como Libras, Braille, linguagem simples e áudio), **abrigos equipados e equipes capacitadas**.

“A inclusão é o primeiro passo para a resiliência. Se não for acessível, não é sustentável.”

Mami Mizutori
ex-Representante Especial do
Secretário-Geral para Redução do Risco de
Desastres no Escritório das Nações Unidas
para Redução do Risco de Desastres

Também significa garantir que pessoas com deficiência participem do planejamento das políticas, não apenas como beneficiárias, mas como agentes de mudança.



Foto: UNFPA Brasil · @estudioversailles · @vitorbrn

Em muitos lugares, redes de pessoas com deficiência já têm mostrado caminhos para uma adaptação inclusiva: organizam alertas comunitários, mapeiam riscos locais e criam tecnologias acessíveis para comunicação em emergências. Elas provam que a inclusão não é um detalhe, mas, sim, a base da resiliência. Tornar o mundo mais acessível é também torná-lo mais seguro, mais empático e mais preparado para o futuro.



8. O FUTURO TAMBÉM É ANCESTRAL

POVOS TRADICIONAIS E OS CAMINHOS DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Em cada território onde o tempo é contado pelas estações e não pelos relógios, há saberes que há séculos ensinam como viver em equilíbrio com a Terra. Para além de guardiões da biodiversidade, os povos indígenas e comunidades tradicionais são também arquitetos de formas de convivência que a humanidade moderna ainda tenta reaprender. Seus modos de vida, baseados no cuidado, na reciprocidade e na observação profunda da natureza, revelam que adaptação não é reação: é continuidade.

Embora representem **menos de 5% da população mundial**, detêm **aos menos 36% das *Intact Forest Landscapes* (IFLs)** remanescentes do planeta, áreas cruciais para mitigação climática, e ocupam **aproximadamente 40% das áreas protegidas e ecossistemas intactos do planeta**^{26,27}.

Estudos indicam que cerca de **36% das florestas mais conservadas do planeta** estão em territórios indígenas, mas aproximadamente **60% dessas terras enfrentam algum nível de ameaça** por atividades industriais e expansão econômica^{27,28}.

A ONU reconhece que proteger os direitos territoriais e culturais desses povos é uma das estratégias mais eficazes de mitigação e adaptação climática. Em todo o mundo, territórios indígenas demarcados sofrem **até três vezes menos com o desmatamento** do que aqueles ainda sem proteção formal, prova de que assegurar terra é também cuidar do clima^{29,30}.

Garantir o direito à terra, à consulta livre, prévia e informada - conforme previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) -, à segurança das lideranças e à transmissão intergeracional de saberes é proteger o clima da Terra. Esse marco internacional reconhece que a autodeterminação e a participação dos povos indígenas e tradicionais são condições essenciais para uma adaptação climática justa e efetiva. A adaptação climática precisa incluir quem já convive há milênios com a variabilidade ambiental, manejando água, solo e biodiversidade com base em ciclos e observações que a ciência moderna apenas começa a compreender.

Ao redor do mundo, experiências inspiradoras mostram que o futuro pode nascer de práticas ancestrais: manejo agroflorestal comunitário, vigilância territorial participativa, uso sustentável da sociobiodiversidade e educação ambiental baseada em cosmologias locais. Quando o conhecimento ancestral encontra o diálogo científico, surgem soluções que regeneram ecossistemas e fortalecem comunidades.

Um futuro sustentável exige que povos tradicionais participem das decisões globais sobre clima e biodiversidade como protagonistas da adaptação e da proteção da Terra.

“Proteger os povos da floresta é proteger o clima da Terra.”

Inger Andersen

Diretora-Executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente



9. RACISMO AMBIENTAL E A URGÊNCIA DO RECONHECIMENTO

DESIGUALDADE RACIAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA EM TERRITÓRIOS VULNERABILIZADOS



O clima muda, mas o padrão de injustiça permanece. Comunidades negras e periféricas vivem, em sua maioria, em áreas mais quentes, com menos cobertura vegetal, maior exposição à poluição e maior risco de enchentes e deslizamentos. A injustiça ambiental é uma herança viva do racismo estrutural, um sistema que organiza o espaço, distribui recursos e define quais vidas são protegidas e quais permanecem na linha de risco.

Mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo vivem hoje em assentamentos informais, áreas urbanas marcadas por infraestrutura precária, moradias vulneráveis, falta de saneamento e escassez de áreas verdes. Nessas regiões, os efeitos da crise climática se intensificam: o calor é mais extremo, a poluição se acumula e o acesso à água torna-se cada vez mais desigual. Pesquisas internacionais mostram que, em várias cidades, bairros de menor renda registram temperaturas médias até **3 °C a 4 °C mais altas** e **metade da cobertura vegetal** observada em áreas mais ricas. As mesmas linhas que separam classes e cores também delimitam as fronteiras da vulnerabilidade climática³¹.

 Mais de **1 bilhão de pessoas** vivem hoje em favelas e assentamentos informais. Sem políticas de adaptação e moradia digna, serão **3 bilhões** até 2050³¹.

O racismo ambiental decorre de decisões históricas de planejamento urbano e políticas de ocupação que marginalizaram comunidades negras, indígenas e periféricas. Como consequência, esses grupos vivem em áreas com maior exposição a inundações, ilhas de calor e poluição atmosférica.

 No Brasil, pessoas negras, pardas e indígenas têm **47% mais exposição a temperaturas extremas** e sofrem mais com a poluição do ar em regiões urbanas. As desigualdades raciais definem quem enfrenta primeiro os efeitos da crise climática^{32,33}.

Apesar das barreiras, são essas mesmas comunidades que constroem, todos os dias, estratégias de adaptação e resistência. Movimentos negros, quilombolas e periféricos têm criado redes de justiça climática, campanhas por saneamento, mutirões de arborização e tecnologias sociais para captação de água e energia solar. Onde o poder público não chega, essas iniciativas mantêm suas comunidades de pé e apontam caminhos reais de transformação. A justiça climática precisa começar onde a desigualdade é mais profunda, nas bordas das cidades, nas comunidades ribeirinhas, nas periferias urbanas e nos espaços onde a ausência de políticas ainda é regra. **Um futuro justo exige reconhecer que o mesmo sol que aquece uns ainda castiga outros**, e que só haverá transição verdadeira quando todos puderem viver sob a mesma sombra de dignidade e cuidado.



10. QUEM PROTEGE O PLANETA, PROTEGE DIREITOS

JUSTIÇA AMBIENTAL E QUEM ESTÁ NA LINHA DE FRENTE

Em muitos lugares, defender a natureza é arriscar a própria vida. Ser ativista ambiental, liderança comunitária, comunicador ou pesquisador virou sinônimo de resistência, e, em alguns contextos, de perigo. O que deveria ser motivo de orgulho nacional ainda é tratado como ameaça.

Nos últimos anos, a violência contra ambientalistas e ativistas cresceu em todo o mundo. Estima-se que, **entre 2012 e 2023, foram 2.106 mortes** de defensores ambientais, o equivalente a uma morte a cada dois dias. Em **2024, mais de 145** foram mortos ou dados como desaparecidos; **aproximadamente 82%** apenas na **América Latina**, a região mais perigosa do planeta para quem protege o meio ambiente^{34,35}.

É necessário garantir a segurança dos defensores e das defensoras ambientais, como um ato de solidariedade, como uma condição para a democracia e para o direito humano a um meio ambiente saudável.

Proteger quem protege o planeta significa criar **mechanismos efetivos de denúncia, prevenção e proteção que considerem intersecções de gênero, raça e etnia**, reconhecer publicamente o papel das lideranças comunitárias e assegurar sua participação nas decisões sobre clima, terra e recursos naturais.

Essas vozes não falam apenas por florestas, rios e espécies, elas falam por justiça, dignidade e futuro. Falam por todas as pessoas. E um planeta que silencia seus defensores é um planeta que se torna indefensável.



II. DESLOCAMENTO CLIMÁTICO

MIGRAÇÃO, REFÚGIO E O DIREITO DE RECOMEÇAR

Ninguém abandona sua casa por vontade própria. Mas há lugares onde já não se pode mais ficar. O solo endureceu, o rio virou lembrança, o mar avança sobre o quintal. Em todo o planeta, as mudanças climáticas estão impondo pressões que ultrapassam a capacidade das pessoas e dos ecossistemas de resistir. Quando a natureza é empurrada ao limite, são as pessoas que acabam se movendo.

Hoje, os eventos climáticos extremos são a principal causa de deslocamento interno no mundo. Em 2023, os desastres desencadearam **26,4 milhões** de deslocamentos internos (56% de todos os deslocamentos do ano)³⁶. Ao final do mesmo ano, foram **75,9 milhões** de pessoas vivendo em deslocamento interno por secas, enchentes, ciclones e incêndios - o maior número já registrado³⁷. As projeções indicam que, até 2050, **mais de 200 milhões de pessoas** poderão ser forçadas a migrar dentro de seus próprios países. A maioria delas vive em regiões onde a pobreza e a degradação ambiental se sobrepõem: áreas rurais áridas, deltas costeiras e periferias urbanas sem infraestrutura³⁸.

América Latina e Caribe podem registrar até **17 milhões de deslocamentos internos até 2050** por secas, enchentes e degradação ambiental. No Nordeste brasileiro, a escassez de água já força migrações sazonais e permanentes^{36,37}.

O deslocamento climático é o resultado visível de uma crise invisível: a combinação entre perda de território, insegurança alimentar e desigualdade. Quando falta água, quando o solo perde fertilidade ou o calor torna o trabalho impossível, o direito de permanecer se desfaz aos poucos. E o recomeço, quando existe, nem sempre é seguro.



Em 2023, 98% dos deslocamentos causados por desastres ocorreram em países de baixa e média renda³⁸.

Quem menos contribui para a crise é quem mais precisa fugir dela.

As migrações climáticas já configuraram uma realidade que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Apesar disso, ainda são raros os países que possuem políticas de acolhimento e recepção para pessoas que se encontram nessa situação. É urgente construir instrumentos legais e humanitários que garantam o direito de permanecer e o direito de recomeçar com dignidade, onde quer que a vida precise continuar.

Reconhecer o deslocamento climático como questão humanitária é entender que a crise ambiental move fronteiras, mas não apaga histórias. Cada casa perdida, cada travessia e cada recomeço expõem o colapso daquilo que nos mantém enraizados: o direito de pertencer a um lugar.

“A emergência climática aumenta os riscos e a instabilidade que impulsionam o deslocamento e tornam a vida ainda mais difícil para quem já foi forçado a fugir.”

Filippo Grandi
Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados³⁹



12. JUSTIÇA CLIMÁTICA E INFRAESTRUTURAS URBANAS

COMO TORNAR O ESPAÇO URBANO MAIS JUSTO E SEGURO



As cidades são o espelho mais nítido da crise, e também o lugar onde ela pode ser revertida. Mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, e é nelas que se concentram impactos como calor extremo, enchentes, falta de áreas verdes e moradias precárias.

Ondas de calor que tornam o asfalto intransitável, chuvas que alagam avenidas e isolam comunidades, ilhas de concreto que sufocam o ar, esses fenômenos não atingem todos da mesma forma. Os bairros periféricos e informais estão nas zonas de maior risco, com menos infraestrutura e menos acesso a serviços básicos. O mapa da vulnerabilidade climática é, quase sempre, o mesmo mapa da desigualdade urbana.

AS CIDADES CONCENTRAM MAIS DE 70% DAS EMISSÕES GLOBAIS DE CO₂ E ABRIGAM MAIS DE 4 BILHÕES DE PESSOAS⁴⁰.

Planejar o urbano é planejar o clima. Significa investir em **mobilidade limpa, moradias seguras, drenagem sustentável e áreas verdes acessíveis**. Mas também significa repensar a cidade como espaço de convivência, onde políticas públicas reconheçam diferentes corpos, idades, gêneros e modos de vida. Uma infraestrutura justa é aquela que protege tanto quanto abriga.

As Nações Unidas têm enfatizado que o enfrentamento à crise climática precisa ser construído **a partir do espaço urbano**, com planejamento integrado, metas mensuráveis e participação social. As diretrizes internacionais sobre ação climática local defendem que toda política urbana voltada ao clima deve ser **ambiciosa, inclusiva, baseada em evidências e transparente**.

Elas deve envolver comunidades, gestores públicos e diversos setores sociais desde o diagnóstico até a implementação, articulando mitigação e adaptação, e assegurando que as soluções sejam desenhadas **com** quem vive na cidade, não apenas **para** ela. Quando as comunidades participam do desenho das soluções, o espaço público se transforma em ferramenta de cuidado coletivo. Passamos a ver na infraestrutura um espaço de segurança e pertencimento.

Construir cidades seguras e inclusivas é uma das formas mais concretas de fazer justiça climática, pois cada rua arborizada, cada casa regularizada e cada transporte limpo são, na prática, políticas de redução de risco e de ampliação de direitos.

“Eu acredito no planejamento urbano e na organização do território da cidade como uma chave importante para enfrentar as batalhas globais, e acredito que as pessoas jovens podem nos ajudar nisso e trazer um outro olhar. Elas já estão utilizando a cidade de uma maneira diferente.”

Anacláudia Rossbach
Diretora Regional da ONU-Habitat para a América Latina e o Caribe⁴¹



13. SEM CLIMA PARA A INSEGURANÇA ALIMENTAR

SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA DE FUTURO

O que o clima muda, muda também o que a gente come. Secas prolongadas, enchentes e ondas de calor já afetam diretamente a produção de alimentos, o preço nas feiras e a renda de quem vive da terra. Em algumas regiões, o plantio se tornou imprevisível; em outras, o solo perdeu fertilidade ou a água deixou de existir. A mudança do clima ameaça o direito mais básico de todos: o de se alimentar.

A insegurança alimentar não é consequência apenas da falta de comida, mas da forma como ela é produzida, distribuída e valorizada. Hoje, grande parte dos alimentos que chegam às mesas depende de monoculturas vulneráveis às variações climáticas e de cadeias longas e instáveis.

Mais de 2,8 bilhões de pessoas não podem pagar uma dieta saudável.

Eventos climáticos extremos já são uma das principais causas de perdas agrícolas e aumento de preços^{42,43}.

Ao mesmo tempo, milhões de pequenos produtores e agricultoras familiares lutam para manter modos de cultivo sustentáveis e proteger a biodiversidade que garante a vida no campo e na cidade. Fortalecer sistemas alimentares locais, justos e sustentáveis é uma das estratégias mais eficazes de adaptação e soberania. Isso significa apoiar os pequenos agricultores, diversificar culturas, reduzir o desperdício e valorizar saberes tradicionais que conservam o solo e a água. Significa também olhar para o alimento como bem comum.

As soluções já estão brotando: feiras agroecológicas, cooperativas, bancos de sementes crioulas, hortas urbanas e redes de alimentação escolar que priorizam a agricultura familiar. Cada uma dessas ações reduz emissões, fortalece economias locais e amplia o direito à alimentação saudável.

A agricultura familiar produz até 80% dos alimentos consumidos em muitos países, mas é a mais vulnerável à crise climática⁴⁴.

Apoiar quem produz localmente é também uma forma de adaptação.

Garantir segurança alimentar em tempos de crise climática é garantir futuro. Porque comer é um ato político, e o prato é também um território de resistência, diversidade e cuidado.

“As ações que tomarmos hoje impactarão diretamente o futuro. Precisamos produzir mais com menos. Vamos trabalhar por um futuro mais inclusivo e mais equitativo.”

QU Dongyu

Diretor-Geral da FAO⁴⁵



14. TRANSFORMAR O SISTEMA, PARA NÃO PESAR O CLIMA

TRANSIÇÃO JUSTA, ECONOMIA CIRCULAR E NOVOS MODOS DE VIDA FRENTE À CRISE CLIMÁTICA

Reduzir emissões é essencial, mas não basta. A crise climática não é apenas uma questão de energia ou tecnologia, é um convite a repensar o próprio modelo de sociedade. Produzir, consumir e viver como antes já não é sustentável nem justo. O desafio agora é transformar os sistemas que sustentam a economia.

A transição justa parte do princípio de que toda mudança precisa ser feita **com as pessoas, e não contra elas**. Significa construir economias de baixo carbono que gerem **trabalho decente, qualificação, diálogo social e proteção para quem mais sente os impactos da mudança**. O caminho da sustentabilidade não pode deixar ninguém para trás.

Enquanto **3 bilhões de pessoas** vivem em áreas de alto risco climático (OMS), os governos continuam gastando **centenas de bilhões de dólares** subsidiando os combustíveis fósseis, que destroem a nossa saúde⁴⁰.

Esse conceito, reconhecido pela comunidade internacional, propõe que políticas climáticas e econômicas caminhem juntas, conectando energia limpa, agricultura regenerativa, inovação e inclusão. Uma transição é justa quando cria oportunidades para trabalhadores, populações vulneráveis e territórios que dependem de setores intensivos em carbono.

A transição para economias verdes pode criar até **24 milhões de novos empregos até 2030**, se for conduzida de forma justa e inclusiva⁴⁶.

Dentro dessa virada, a **economia circular** surge como um eixo estratégico: reduzir o desperdício, reaproveitar recursos e redesenhar cadeias produtivas para gerar valor sem destruir o planeta. Isso significa transformar resíduos em matéria-prima, priorizar o reparo em vez do descarte e desenhar produtos com maior durabilidade, e que contem uma história de responsabilidade.

Estratégias de economia circular podem reduzir até 40% das emissões globais de gases de efeito estufa até 2050⁴⁷.

Para que tudo isso seja possível, é necessário que também haja uma mudança em nosso estilo de vida: na forma como nos movemos, nos alimentamos, compramos e compartilhamos.

Cuidar do clima é cuidar das relações de consumo e de trabalho, criando uma cultura da suficiência, da cooperação e do respeito aos limites da Terra. Transformar o sistema é fazer da economia uma aliada da vida. É reconhecer que desenvolvimento e justiça ambiental consistem em um percurso rumo a um futuro habitável e digno para todos.



Foto: UNFPA Brasil · @estudioversailles · @vitorbrjr



15. O QUE NOS MANTÉM DE PÉ

CULTURA, MEMÓRIA E PERTENCIMENTO

A cultura raramente é tratada como parte da ação climática, mas deveria ser. Ela constitui o sistema simbólico e organizacional que orienta como as sociedades percebem, valorizam e respondem às mudanças no ambiente. Em tempos de crise, a cultura não é apenas expressão ou herança, é **infraestrutura de resiliência**. Tradições, práticas comunitárias, linguagens e formas de expressão moldam comportamentos coletivos diante do risco. Em comunidades vulneráveis, o conhecimento tradicional e local é frequentemente o primeiro recurso de adaptação, o que orienta o plantio, o uso da água, a reconstrução após enchentes ou a convivência com o fogo.

No entanto, a dimensão cultural da adaptação segue amplamente subvalorizada nas políticas climáticas. Pesquisas mostram que práticas culturais, valores comunitários e expressões simbólicas são determinantes para a coesão social e para a capacidade de resposta diante de desastres. A perda de tradições, línguas e referências coletivas não é apenas uma perda identitária, é a erosão das estruturas que sustentam a resiliência. Valorizar a diversidade cultural é fortalecer as raízes que sustentam a identidade e o pertencimento, sem as quais nenhuma reconstrução é possível.

A crise climática ameaça dimensões culturais da vida - identidade, coesão comunitária e sentido de lugar - mas são essas mesmas dimensões que tornam possível a adaptação⁴⁸.

A ciência já reconhece que a erosão de laços culturais e sociais é um dos elementos que amplificam a vulnerabilidade humana diante do colapso ambiental. Onde há deslocamento forçado, há também ruptura de pertencimentos e de sistemas de significação, algo que políticas climáticas raramente consideram. Integrar a cultura à agenda climática significa compreender que a adaptação vai além do âmbito técnico ou financeiro, tange também o **cognitivo, social e emocional**. Significa incorporar a diversidade de narrativas e práticas culturais nos planos de adaptação locais, fortalecer o papel de artistas, educadores e comunicadores na construção de novos imaginários sustentáveis e reconhecer o valor estratégico dos conhecimentos tradicionais e indígenas para a resiliência planetária.

Sem cultura, ficamos sem referências para reconstruir o futuro. Reconhecer a cultura como parte da solução é compreender que **nenhum processo de adaptação é duradouro se não estiver enraizado na identidade e na memória coletiva**.

“Devemos agir coletivamente para proteger o patrimônio cultural dos crescentes efeitos das mudanças climáticas.”

Audrey Azoulay
Diretor-Geral da UNESCO⁴⁹



16. E AGORA, O QUE A GENTE FAZ? GUIA DE AÇÃO E PARTICIPAÇÃO PÓS COP30



Enquanto a COP30 acontece, o nosso trabalho está apenas começando. Não podemos esperar por resoluções futuras para que o planeta comece a mudar. A agenda climática global exige, agora, um salto de confiança na nossa própria capacidade de transformar resoluções em resultados, nas cidades, nas universidades, nas escolas, nas comunidades e nas redes.

A inação climática já cobra um preço altíssimo. Milhões de vidas evitáveis⁹ são perdidas todos os anos; as mortes relacionadas ao calor extremo aumentaram, e a vulnerabilidade global a choques climáticos já afeta bilhões de pessoas.

A mudança estrutural que o planeta exige não virá apenas das grandes conferências, mas principalmente da pressão constante, da inovação e do engajamento incansável de cada cidadão, comunidade e setor da sociedade. A juventude global tem mostrado força inédita. A verdadeira virada acontecerá quando suas vozes forem incorporadas aos mecanismos de poder, e não apenas celebrada à distância.

Transformar informação em movimento, preocupação em participação e compromisso em impacto real: esse é o desafio. Significa acompanhar políticas, exigir transparência e pressionar governos para que cumpram suas metas.

Mas também significa apoiar quem já está na linha de frente, conectar projetos vitais, amplificar vozes e criar espaços permanentes de diálogo e inovação.

Agir é fiscalizar e construir. É transformar indignação em estratégia, criatividade em política pública e redes sociais em redes de ação civil. É decidir que o que parecia inevitável pode - e deve - mudar. A crise climática é o maior desafio da nossa geração, mas também a maior oportunidade da história para reconstruir sistemas mais justos, equitativos e sustentáveis. O tempo da mudança é o agora, e ele começa em cada decisão, com coragem, método e solidariedade.

“Não podemos voltar ao ‘velho normal’ da desigualdade, injustiça e domínio descuidado sobre a Terra. Em vez disso, devemos avançar para um caminho mais seguro, mais sustentável e equitativo.”

António Guterres
Secretário-Geral da ONU⁵⁰



Foto: UNFPA Brasil · @estudioversailles · @vitorbrjr



REFERÊNCIAS



- ¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR). *Making peace with nature is the defining task of the 21st century*. Genebra: UNDRR, 2021. Disponível em: undrr.org/media/76540/download?startDownload=20251106. Acesso em: 1 nov. 2025.
- ² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR). *Brazil has seen a 460% increase in climate-related disasters since the 1990s*. PreventionWeb, 2021. Disponível em: preventionweb.net/news/brazil-has-seen-460-increase-climate-related-disasters-1990s. Acesso em: 1 nov. 2025.
- ³ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2023–2024: rompendo o impasse - reimaginando a cooperação em um mundo polarizado*. Nova York: PNUD, 2024. Disponível em: hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2023-24reporten.pdf. Acesso em: 1 nov. 2025.
- ⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Youth - United Nations*. Nova York: ONU, [s.d.]. Disponível em: un.org/en/global-issues/youth. Acesso em: 5 nov. 2025.
- ⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *População: estatísticas sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: ibge.gov.br/en/statistics/social/population.html. Acesso em: 5 nov. 2025.
- ⁶ HICKMAN, C. et al. Climate anxiety in children and young people: a global survey. *The Lancet Planetary Health*, v. 5, n. 12, p. e863–e873, 2021. doi.org/10.1016/S2542-5196(21)00278-3.
- ⁷ CALRSON, C.J. et al. Health losses attributed to anthropogenic climate change. *Nature Climate Change*, v. 15, p. 1052–1055, 2025. doi.org/10.1038/s41558-025-02399-7
- ⁸ RIBEIRO, D.M. et al. Climate change anxiety and mental health: environmental worry and optimism among youth in Brazil. *Journal of Environmental Psychology*, v. 88, n. 102067, 2023. doi.org/10.1016/j.jenepidem.2023.06.014.
- ⁹ WATTS, N. et al. The 2025 report of the Lancet Countdown on health and climate change: protecting health in a heating world. *The Lancet*, v. 406, n. 10468, p. 1625–1701, 2025. doi.org/10.1016/S0140-6736(25)01919-1.
- ¹⁰ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Climate change and health*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, [s.d.]. Disponível em: [who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health). Acesso em: 1 nov. 2025.
- ¹¹ FUNDÔ DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *The climate crisis is a child rights crisis: introducing the Children's Climate Risk Index*. Nova York: UNICEF, 2021. Disponível em: [unicef.org/media/105376/file/UNICEF-climate-crisis-child-rights-crisis.pdf](https://www.unicef.org/media/105376/file/UNICEF-climate-crisis-child-rights-crisis.pdf). Acesso em: 1 nov. 2025.
- ¹² FUNDÔ DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). *Population trends and climate change: addressing the connections in Nationally Determined Contributions*. Nova York: UNFPA, 2023. Disponível em: [unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/UNFPA-NDC-Global%20Report_2023.pdf](https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/UNFPA-NDC-Global%20Report_2023.pdf). Acesso em: 1 nov. 2025.
- ¹³ FUNDÔ DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). Global climate crisis putting women and girls in extreme danger, UNFPA warns with new data. Nova York: UNFPA, 2023. Disponível em: [unfpa.org/press/global-climate-crisis-putting-women-and-girls-extreme-danger-unfpa-warns-new-data](https://www.unfpa.org/press/global-climate-crisis-putting-women-and-girls-extreme-danger-unfpa-warns-new-data). Acesso em: 5 nov. 2025.
- ¹⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Only half of national curricula in the world have a reference to climate change, UNESCO warns*. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/only-half-national-curricula-world-have-reference-climate-change-unesco-warns>. Acesso em: 1 nov. 2025.
- ¹⁵ FUNDÔ DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Nearly a quarter of a billion children's schooling was disrupted by climate crises in 2024, UNICEF reports*. Nova York: UNICEF, 2025. Disponível em: [unicef.org/press-releases/nearly-quarter-billion-childrens-schooling-was-disrupted-climate-crises-2024-unicef](https://www.unicef.org/press-releases/nearly-quarter-billion-childrens-schooling-was-disrupted-climate-crises-2024-unicef). Acesso em: 1 nov. 2025.
- ¹⁶ INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (IIED). *Youth perspectives on climate justice: insights from the Global South*. Londres: IIED, 2025. Disponível em: iied.org/sites/default/files/pdfs/2025-02/22603iied.pdf. Acesso em: 5 nov. 2025.
- ¹⁷ ENTIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES (ONU MULHERES). *Why climate change matters for women*. Nova York: ONU Mulheres, [s.d.]. Disponível em: data.unwomen.org/features/why-climate-change-matters-women. Acesso em: 1 nov. 2025.
- ¹⁸ FUNDÔ DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA) – FILIPINAS. *Menstrual health and the climate crisis*. Manila: UNFPA Filipinas, 2023. Disponível em: philippines.unfpa.org/en/news/menstrual-health-and-climate-crisis. Acesso em: 1 nov. 2025.
- ¹⁹ FUNDÔ DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA) – ESCRITÓRIO REGIONAL PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL (ESARO). *Climate change and resilience: technical brief*. Joanesburgo: UNFPA ESARO, 2025. Disponível em: esaro.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/2025-03/01%20-%20Climate%20Change%20and%20Resilience_Technical%20brief.pdf. Acesso em: 1 nov. 2025.
- ²⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Mulheres são mais vulneráveis às mudanças climáticas, alerta ONU*. ONU News, 25 jan. 2019. Disponível em: news.un.org/pt/story/2019/01/1654412. Acesso em: 1 nov. 2025.
- ²¹ ENTIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES (ONU MULHERES). *Speech: "We will not back down" - a turning point to push forward for rights, equality and empowerment for all women and girls*. Nova York: ONU Mulheres, 2025. Disponível em: unwomen.org/en/news-stories/speech/2025/03/speech-we-will-not-back-down-a-turning-point-to-push-forward-for-rights-equality-and-empowerment-for-all-women-and-girls. Acesso em: 1 nov. 2025.
- ²² ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (ACNUDH). *Forcibly displaced LGBT persons face major challenges in search for safe haven*. Genebra: ACNUDH, 2022. Disponível em: [ohchr.org/en/statements-and-speeches/2022/05/forcibly-displaced-lgbt-persons-face-major-challenges-search-safe](https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2022/05/forcibly-displaced-lgbt-persons-face-major-challenges-search-safe). Acesso em: 1 nov. 2025.
- ²³ ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (ACNUDH). *A/HRC/59/43: Protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity*. Genebra: ACNUDH, 2025. Disponível em: [ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5943-protection-against-violence-and-discrimination-based-sexual](https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5943-protection-against-violence-and-discrimination-based-sexual). Acesso em: 1 nov. 2025.



²⁴ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); DEPARTAMENTO DE APOIO OPERACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS (DFS). *Synergies in jointly addressing climate change, health equity, and gender equality*. Nova York: PNUD; DFS, 2024.

²⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR). *2023 Global survey on persons with disabilities and disasters*. Genebra: UNDRR, 2023. Disponível em: undrr.org/media/90432/download?st=artDownload=20251106. Acesso em: 1 nov. 2025.

²⁶ WORLD WILDLIFE FUND (WWF). *Recognizing Indigenous Peoples' land interests is critical for people and nature*.

Washington, D.C.: WWF, 2021. Disponível em: worldwildlife.org/news/stories/recognizing-indigenous-peoples-land-interests-is-critical-for-people-and-nature/. Acesso em: 1 nov. 2025.

²⁷ FA, J.E. et al. The importance of Indigenous Peoples' lands for the conservation of terrestrial mammals. *Frontiers in Ecology and the Environment*, v. 18, n. 3, p. 135–140, 2020. doi:10.1002/fee.2148.

²⁸ GARNETT, S.T. et al. *Indigenous lands at the forefront of the world's conservation areas*. *One Earth*, v. 6, n. 10, p. 1311–1323, 2023. doi:10.1016/j.oneear.2023.09.007.

²⁹ BANCO MUNDIAL. *Empowering Indigenous Peoples to Protect Forests – About 36% of the world's remaining intact forests are on Indigenous Peoples' lands*. Washington, D.C.: World Bank, 2023. Disponível em: worldbank.org/en/news/feature/2023/08/09/empowering-indigenous-peoples-to-protect-forests. Acesso em: 2 nov. 2025.

³⁰ WORLD RESOURCES INSTITUTE. *Why Securing Indigenous Land Rights Protects Biodiversity*. Washington, D.C.: WRI, 2024. Disponível em: wri.org/insights/indigenous-and-local-community-land-rights-protect-biodiversity. Acesso em: 5 nov. 2025.

³¹ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT). *World Cities Report 2024: Chapter 6 – The future of urban inequality in a changing climate*. Nairóbi: ONU-Habitat, 2024. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2024/11/wcr_2024_-_chapter_6.pdf. Acesso em: 1 nov. 2025.

³² SILVA, H.G.; REQUIA, W.J. Racial and economic disparities in high-temperature exposure in Brazil. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, v. 22, n. 2, p. 200, 2025. doi.org/10.3390/ijerph22020200.

³³ REQUIA, W.J.; CASTELHANO, F.J. Economic and racial disparities of the weather impact on air quality in Brazil. *Scientific Reports*, v.13, n. 6374, 2023. doi.org/10.1038/s41598-023-33478-4.

³⁴ GLOBAL WITNESS. *More than 2,100 land and environmental defenders killed globally between 2012 and 2023*. Londres: Global Witness, 2023. Disponível em: globalwitness.org/en/press-releases/more-than-2100-land-and-environmental-defenders-killed-globally-between-2012-and-2023/. Acesso em: 2 nov. 2025.

³⁵ GLOBAL WITNESS. *At least 146 land and environmental defenders killed or disappeared globally in 2024, 82% in Latin America*. Londres: Global Witness, 2024. Disponível em: globalwitness.org/en/press-releases/at-least-146-land-and-environmental-defenders-killed-or-disappeared-globally-in-2024/. Acesso em: 2 nov. 2025.

³⁶ BANCO MUNDIAL. *Groundswell Part II: acting on internal climate migration*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2021. Disponível em: documents1.worldbank.org/curated/en/837771631204427139/pdf/Groundswell-Part-II-Acting-on-Internal-Climate-Migration.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025..

³⁷ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *Relatório do IDMC: 75,9 milhões de pessoas vivendo em deslocamento interno em 2023*. Brasília: OIM Brasil, 2024. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/relatorio-do-idmc-759-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-deslocamento-interno-em-2023>. Acesso em: 2 nov. 2025.

³⁸ INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE (IDMC). *Global report on internal displacement 2024 (GRID 2024)*. Genebra: IDMC, 2024. Disponível em: api.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/IDMC-GRID-2024-Global-Report-on-Internal-Displacement.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.

³⁹ ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *UNHCR report reveals climate change a growing threat to people already fleeing war*. Genebra: ACNUR, 2021. Disponível em: unhcr.org/news/press-releases/unhcr-report-reveals-climate-change-growing-threat-people-already-fleeing-war. Acesso em: 2 nov. 2025.

⁴⁰ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT). *World Cities Report 2024: rethinking urban futures*. Nairóbi: ONU-Habitat, 2024. Disponível em: unhabitat.org/sites/default/files/2024/11/wcr2024_-_full_report.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.

⁴¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Planejamento urbano é chave na solução de crises globais*. Brasília: ONU Brasil, 2024. Disponível em: brasil.un.org/pt-br/276421-planejamento-urbano-%C3%A9-chave-na-solu%C3%A7%C3%A7%C3%A3o-de-crises-globais. Acesso em: 2 nov. 2025.

⁴² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). *Healthy diets remain unaffordable for a third of the world's population*. Roma: FAO, 2024. Disponível em: www.fao.org/newsroom/detail/healthy-diets-remain-unaffordable-for-a-third-of-the-world-s-population/en. Acesso em: 2 nov. 2025.

⁴³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). *UN State of the Global Climate: a stark reminder of the urgent need to leverage agrifood solutions*. Roma: FAO, 2024. Disponível em: fao.org/newsroom/detail/un-state-of-the-global-climate--a-stark-reminder-of-the-urgent-need-to-leverage-agrifood-solutions/en. Acesso em: 2 nov. 2025.

⁴⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). *Small family farmers produce a third of the world's food*. Roma: FAO, 2023. Disponível em: fao.org/newsroom/detail/small-family-farmers-produce-a-third-of-the-world-s-food/en. Acesso em: 2 nov. 2025.

⁴⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). *World Food Day 2023: fact 11*. Roma: FAO, 2023. Disponível em: fao.org/world-food-day/about/fact-11-2023/en. Acesso em: 2 nov. 2025.

⁴⁶ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *World employment and social outlook 2018: greening with jobs*. Genebra: OIT, 2018. Disponível em: www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40dreports/%40dcomm/%40publ/documents/publication/wcms_628654.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.

⁴⁷ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *What is circular economy and how it helps fight climate change*. Nova York: PNUD, 2024. Disponível em: climatepromise.undp.org/news-and-stories/what-is-circular-economy-and-how-it-helps-fight-climate-change. Acesso em: 2 nov. 2025.

⁴⁸ ADGER, W.N. et al. Cultural dimensions of climate change impacts and adaptation. *Nature Climate Change*, v. 3, n. 2, p. 112–117, 2013. doi.org/10.1038/nclimate1666.

⁴⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Culture and climate change*. Paris: UNESCO, [s.d.]. Disponível em: unesco.org/en/climate-change/culture. Acesso em: 2 nov. 2025.

⁵⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). *UN Secretary-General: making peace with nature is the defining task of the 21st century*. Bonn: UNFCCC, 2021. Disponível em: unfccc.int/news/un-secretary-general-making-peace-with-nature-is-the-defining-task-of-the-21st-century. Acesso em: 5 nov. 2025.





EDITORIAL

Coordenação
Diego Rugno Arruda
GreenBond Conservation

Redação
Juliana Cuoco Badari
GreenBond Conservation

Projeto gráfico e diagramação
Kenya Foschiera
Thiago Palazzi
Haru Estúdio Criativo





NAÇÕES UNIDAS
BRASIL

